

RESOLUÇÃO Nº 113/2023
(Publicada no Diário Oficial de 14/09/2023)

Concede o benefício do Crédito Presumido do ICMS à C. E. CENTRAL DE EMBLAGENS LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto nº 18.802, 20 de dezembro de 2018, que instituiu o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND, e considerando o que consta do processo SEI nº 015.4020.2022.0002698-75,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à C. E. CENTRAL DE EMBLAGENS LTDA., CNPJ nº 01.247.578/0005-33 e IE nº 009.922.233NO, instalada no município de Alagoinhas, neste Estado, os seguintes benefícios:

I - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas seguintes condições:

a) entradas decorrentes de importação do exterior, nas operações internas e nas aquisições interestaduais, relativamente ao diferencial de alíquotas de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, com base no inciso XXV e nos §§ 13, 14 e 15, do art. 286 do Decreto nº 13.780/2012, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data da publicação da Resolução concessiva no Diário Oficial do Estado;

b) nas importações do exterior, de copolímeros de etileno e acetato de vinila - NCM 3901.30.10 e NCM 3901.30.90 (alínea d, inciso XXXV), polipropileno com carga - NCM 3902.10.10 (alínea e, inciso XXXV) e preparações antioxidantes e outros estabilizadores compostos para plásticos - NCM 3812.30.29 (alínea m, inciso XLI), com base do art. 2º do Decreto nº 6.734/97, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultante da sua industrialização e;

c) nas operações internas com embalagens, com base na alínea “e”, inciso III do art. 2º do Decreto nº 6.734/97, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultante da sua industrialização.

II - Crédito Presumido de 80% (oitenta por cento) do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de produtos de borracha e de material plástico, com prazo contado a partir de 1º de setembro de 2023 até 31 de dezembro de 2032, nos termos do Decreto nº 18.802/2018.

Parágrafo único. fixa em R\$ 3.237.132,85 (três milhões, duzentos e trinta e sete mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), o valor do recolhimento mínimo anual do ICMS que deve ser atualizado, anualmente, com base na variação acumulada do IPCA ou outro que venha a substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a partir do ano base.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 29 de agosto de 2023.

150ª Reunião Ordinária do Probahia

ÂNGELO MÁRIO CERQUEIRA DE ALMEIDA
Presidente